A CAPITANIA DO PIAUÍ (*)

CARLOS STUDART FILHO

Apenas uma área mui restrita do atual território piauiense integrou o Estado do Maranhão, quando êste se constituiu, em 1621, e, ainda assim, de maneira indireta, porquanto as aludidas terras pertenciam ao Ceará, cujos limites ocidentais alcançavam, então o rio Parnaiba.

A porção territorial em aprêço, que compreende hoje o pôrto de Luis Correia e chãos circunjacentes, só passou realmente a fazer parte do Piauí, em 1880, época em que lhe foi cedida pelo Ceará em troca da região de Crateús. Destarte, tornaram-se mais naturais os limites entre as duas províncias, ficando o Piauí como pôrto de mar de que tanto carecia. (1)

A grande massa continental, que viria a constituir, posteriormente, a parte mais importante da Capitania do Piauí, e para onde, desde os inicios do 2.º século, costumavam refluir os indígenas em busca de refúgio e proteção contra os desmandos dos alienígenas brancos, tendo-se povoado à revelia da gente da costa setentrional, con-

---

(*) O presente trabalho, escrito pelas alturas de 1958, destinava-se a constituir um capítulo do livro intitulado **Fundamentos Históricos e Geográficos do Estado do Maranhão e Grão-Pará.**

Por motivos supervenientes não foi, porém, dado a lume.

Interessados em que, de todo, não se percam os conceitos nêle emitidos, resolvemos agora publicá-lo. Vai reproduzindo tal qual saiu da pena do autor e, assim, sem acréscimos nem correções. Estará talvez, por isso mesmo, algo incompleto, diante das pesquisas históricas realizadas neste último decênio.

Não vemos, porém, em que tal fato se possa constituir em razão bastante para que seja esquecido o interessante escrito de um dos responsáveis pela Revista.

(1) O antigo território de Crateús, comarca do Príncipe Imperial, até o advento da República, e hoje comarca do Crateús, — compreendendo Crateús e Independência, a antiga povoação de Pelo Sinal, elevadas, aquela, por lei de 6 de julho de 1832 sendo desmembrada do Município de Morvão, e êste, em virtude da Lei n.º 436, de 24 de julho de 1857, e instalada a 1.º de março do ano seguinte, até 1880 pertenceu a Comarca à Província do Piauí, mas a Lei n.º 3 012, de 22 de outubro, anexou ao Ceará, dando-se em troca ao Piauí a freguesia de Amarração. Desta sorte, tornando-se mais naturais os limites das duas províncias, ficou o Piauí com um pôrto de mar (Barão de Studart).

servou-se, por isso mesmo, durante muitas décadas, por inteiro fora da esfera administrativa do Estado do Maranhão.

Pode dizer-se até que, nos primeiros tempos da colonização do Meio-Norte, o interior e o litoral piauiense permaneceram pràticamente alheios um ao outro; mantinham, na verdade, apenas as ligações ocasionais, resultantes de efêmeras visitas de alguns sertanistas que, descidos das praias maranhenses, embrenhava desassombradamente pela hinterlândia piauiense, atingindo, alguns, os seus limites meridionais. Heróis, quase sempre anônimos, buscavam, por iniciativa própria ou por ordem expressa das autoridades capitaniais a que estavam sujeitos, estabelecer ligações, sertão adentro, entre São Luís e a cidade do Salvador, capital da Colônia. (2)

Todos ou quase todos tinham pois em mira descobrir "o caminho do Brasil", como lhe chamam os documentos da época, objetivo cujo conseguimento tornou-se por vêzes uma das preocupações dominantes de muitos dirigentes dos dois Estados em que então se partia a América Portuguêsa. (3)

---

(2) Tão pouco familiares eram entre si o sertão e a praia ainda em 1863 que, por aquela época, dizia o governador Gomes Freire não se terem ainda averiguado "as notícias que dava uma nação de tapuias ao Capitão mor Baltazar de Seixas Coutinho com quem se comunicava, de que a muito poucas jornadas desta Capitania viviam outros brancos, que não eram os do Ceará". "Tem-se entendido (acrescentava Gomes Freire de Andrade) que os do Ceará de que dá notícias estão situados no rio São Francisco." **Revista do Instituto do Ceará. Tomo XXXVI.**

(3) O primeiro passo neste sentido, di-lo Capistrano de Abreu, pode considerar-se a exploração do Punaré ou Parnaíba, realizada em 1670, por Vital Maciel Parente, filho natural do famigerado e feroz Bento Maciel Parente. Não deve igualmente ficar esquecido o notável feito do padre Pedro Barbosa de Pedrosa em 1675, roteando numa simples canoa as costas do Maranhão para o Ceará a fim de reconhecê-las. Tal empreendimento teve, aliás, um continuador na pessoa do Padre Superior da missão jesuíta de São Luís que, em companhia do capitão Afonso de Mounroy, iria tentar por mar o descobrimento do rio Parauaçu.

Outro que empenhou árduo esfôrço para estabelecer ligações mais fáceis entre as terras do Meio-Norte e a cidade do Salvador, diz o mesmo historiador, foi Gomes Freire de Andrade (1685-1687). Preocupado em solucionar o grave problema das comunicações, o governador ordenou, finda a revolta de Bequimão, a quatro cidadãos de São Luís, um pilôto, um engenheiro e alguns soldados, que numa "canoa navegada a costa para a parte do Ceará fôssem sondando tôdas as baías, enseadas e rios que descobrissem e, sinalados os baixios, penetrassem aquelas barras em que sem perigo de serem acometidos dos bárbaros pudessem surgir, procurando examinar as qualidades do país e achando sítio acomodado à fundação de uma vila e desenhassem no lugar que parecesse aos moradores melhor defensável aos socorros mais fácil".

Dessas e doutras explorações resultaria traçar-se uma estrada entre o Ceará e o Maranhão pelo Moni e Itapicuru e de cuja existência temos notícia pela carta escrita a el-rei de Portugal por Gomes Freire, em 23 de agôsto de 1685.

Resultaria igualmente um outro fato de muito maior importância política e incalculável proveito para o desenvolvimento material da Colônia. Abriu-se comunicação direta entre as sedes dos governos de São Luís e do Brasil, graças às viagens exploradoras de João Velho do Vale. Forcejando por cumprir a determinação superior que lhe mandava verificar se o Parauaçu, de que falavam os índios maranhenses, era, como se suspeitava, o São Francisco, Velho do Vale empreendeu duas expedições de reconhecimento aos campos sulinos do Parnaíba. Na primeira perlongou a Ibiapaba, por sôbre cujo dorso deixou três estradas, co-

Agentes do govêrno maranhense, homens de armas e índios de escolta, freqüentavam também a serra da Ibiapaba, desde 1662, seja em incursões escravistas, seja em visita à missão de São Francisco Xavier, aí fundada pelos padres jesuítas, em julho de 1654.

O exame dêsses e doutros fatos que veremos a seguir impõe a conclusão de que a conquista e ocupação definitiva do Piauí se processaram graças ao desenvolvimento e final interpenetração de ondas de povoamento originárias de dois centros demográficos autônomos e situados, um, ao norte e outro no extremo meridional de seu vasto território.

As vagas, oriundas do sul, caminharam céleres para o setentrião e lograram dominar cêrca de dois terços do solo piauiense, enquanto que as outras, de menor vitalidade e importância, mal ultrapassaram a orla do sertão nordestino.

Incluso na área de expansão dos domínios latifundiários de Francisco Dias D'Ávila, unânimemente havido como o maior sesmeiro que conheceu o Brasil Colonial, a hinterlândia piauiense recebeu seus primeiros imigrantes, formadores do núcleo sul da região do médio São Francisco, rio em cujas margens tinham suas posses mais vultosas a casa da Tôrre de que era chefe aquêle sertanista-fazendeiro.

A maneira um tanto singular pela qual se realizou a colonização definitiva do Piauí (4) explica-se, pois, em grande parte, pelo rá-

---

nhecidas, informa Capistrano, apenas pela afirmativa vaga de um contemporâneo.

Da segunda conseguiu levar a bom têrmo a tarefa que lhe impusera o governador, alcançando a capital da Bahia provàvelmente por Cabrobó e Geremoabo. Na cidade do Salvador, escreve frei Domingos Teixeira, ao relatar a vida de Gomes Freire depois de dar, em larga relação, notícia exata dos sertões que penetrou, assinalando pelos graus a altura do pólo, "mais gasto dos trabalhos que dos anos, veio a acabar João Velho do Vale em benefício da pátria com serviços maiores que gratidão".

O roteiro de João do Vale, continua o nosso informante, foi para Portugal, e o el-rei confiou-o a Gomes Freire. Talvez por isso não produziu logo efeito nem na Bahia, nem no Maranhão.

De São Luís, em 15 de julho de 1694, Antônio de Albuquerque escrevia sôbre a possibilidade do caminho entre as duas capitanias, uma carta que Antônio da Cunha Souto Maior entregou na Bahia a D. João de Lancastre a 19 de abril do ano seguinte. "Dois dias depois, é ainda o insigne historiador cearense quem fala, chegava o sargento-mor Francisco dos Santos com quatro soldados e vinte índios que tinham acabado de descobrir o caminho, e trouxeram uma carta de Antônio de Albuquerque datada de 17 de dezembro.

Para retribuir a fineza e ver se podia encurtar o caminho, o governador geral mandou o capitão André Lopes ao Maranhão com carta para Antônio de Albuquerque, datada de 21 de maio.

André Lopes chegou a seu destino em novembro, mas teve de demorar-se até que o governador daquele Estado viesse do Pará. Com resposta de 15 de março de 1696, chegou à Bahia em 22 de setembro."

(4) Êsse modo de povoamento, malgrado afirmativas em contrário, não é, todavia, exeção única nos anais da terra brasileira. Fato semelhante senão idêntico, ocorreu, conforme se vê dos trabalhos de Irineu Joffily e outros, em relação ao interior da Paraíba, do Rio Grande do Norte e também do Maranhão.

pido incremento da pecuária na capitania da Bahia e, em menor escala, também pelo seu desenvolvimento em Pernambuco.

Recordemos que, afastado da orla praieira do Atlântico pela expansão dos valôres agrícolas e encaminhado ao interior do país no interêsse dos próprios criadores a quem já não bastava a nesga litorânea para campo de suas atividades pecuaristas, o gado vacum avançou resolutamente a caminho do Oeste desconhecido.

Em tôdas as povoações a costa oriental dessas duas capitanias levantinas, assim como em Pôrto Seguro, Ilhéus e São Cristóvão, cujos arredores pontilhavam-se de pequenos estabelecimentos rurais que realizavam com êxito o aproveitamento da terra por intermédio da criação e da lavoura, ocorreu o fenômeno do êxodo pastoril, fruto da superpopulação bovina, sempre tão perigosa para os plantadores.

Foi todavia, nas áreas que circundam a antiga capital da Colônia e também a velha Olinda, onde o fenômeno teve lugar mais cedo e atingiu suas maiores proporções.

Inaugurado por Tomé de Sousa ao raiar da segunda metade do século XVI, realização benemérita a que se reporta o próprio Governador-Geral em sua carta de 18 de julho de 1551 ao rei de Portugal, (5) o centro pecuário do Recôncavo estava em pleno florescimento, quando Gandavo redigiu sua *História da Provincia da Santa Cruz*, depois publicada em Lisboa, em 1576, com claro objetivo de fazer propaganda imigratória.

Passados alguns anos, havia na capitania baiana, conforme assinalam outros informantes fidedignos, grande abundância "do vacum", de éguas e cavalos e as reservas de gado miúdo cresciam satisfatòriamente.

Depois de propagar-se pelas cercanias da vila do Salvador, a criação bovina assenhoreou-se das terras ribeirinhas dos grandes tributários da baía de Todos-os-Santos, insinuando-se por entre os roçados que, abertos na portentosa mata atlântica, ostentavam enormes plantações de fumo, cana e algodão.

Realizada a conquista de Sergipe, graças à valentia de Cristóvão de Barros, e subjugados os terríveis Caetés, o gado vai até o baixo São Francisco.

Ao romper a guerra holandesa, diz-nos Capistrano, dêle estavam inçadas as duas bandas do rio em seu curso inferior. E acrescenta: "Nem por outro motivo as incorporou Maurício de Nassau ao território da Companhia das Índias Ocidentais e os patriotas das liberdades divinas com tanto afinco as defenderam."

---

(5) "Êste ano veio a esta cidade a caravela "Galga", de V. A., com o gado vacum que é a maior nobreza e fartura que pode haver nestas partes e eu a mandei tornar a carregar ao Cabo Verde do mesmo gado para tornar aqui que isto era o que lhe a Casa da índia dava por regimento e a mandei carregada de madeira porque vale muito no Cabo Verde." **História da Colonização Portuguêsa do Brasil. Tomo III. Apud. V. Corrêa.**

As reses e seus condutores, embora contrariados pela resistência dos nativos, sobem os rios, invadem afoitamente o sertão, caminhando através de veredas já antes aplainadas por grupos de homens armados que, na fase prodrômica da expansão curraleira, haviam desbravado a terra, limpando-a em parte de gentios rebeldes.

Entreaberto o interior, a penetração realiza-se no sentido de todos os quadrantes e o ritmo cada vez mais acelerado das concessões de sesmarias denuncia o rápido incremento da colonização.

Enchem-se de gado as bandas dos rios das Velhas, das Rãs, do Paramirim, do Jacuípe, do Itapicuru, do Real, do Vasa-Barris, do Sergipe e de muitos outros cursos d'água que cortam os sertões baianos e nos quais se contariam em 1700, para mais de seiscentas fazendas criadoras.

Marcha o povoamento, "a que serviu os bovinos de vanguarda", pelo rio S. Francisco, bastante explorado já no govêrno de Luís de Brito e que é agora o cenário preferido das atividades pecuaristas de fazendeiros baianos como Aranha Pacheco, Damião da Rocha, Baltasar de Farias e outros.

Nas margens de quase todos os cursos d'água da vertente atlântica abrolham, a partir dêsse momento, numerosos pequenos agregados humanos que vivem entregues ao exclusivo labor da criação.

É, porém, o S. Francisco que, pela multidão de seu armentio, a todos sobreleva em importância e que por isso mesmo seria, com o tempo, chamado "rio dos currais", denominação, por volta de 1700, aplicada, aliás, também ao Verde, ao Jequitinhonha e até ao baixo Rio das Velhas.

Tendo pràticamente começado ao declinar o século do descobrimento, é, porém, no decorrer da segunda metade da centúria seguinte que a marcha invasora dos vaqueiros e das reses de reprodução adquire na Bahia tôda a amplitude e significado.

Nesse período não cessa, ainda, a tragédia sempre viva e cruenta dos conflitos luso-americanos que se reacendem, por vêzes, com grande intensidade.

As habituais desordens, promovidas pelos gentios do Jaguaripe, Camamu, Rio das Contas, Ilhéus, Pardo e Jequitinhonha, como revide à atuação dos brancos, tomam particular vulto no ano de 1651 e a interferência de vários grupos de sertanistas baianos, chefiados por Francisco da Rocha e Gaspar Rodrigues Adôrno, é impotente para contê-las. Pouco frutuosa também a bandeira do paulista Domingos Barbosa Calheiros, realizada em 1658.

Não logram melhor êxito pacificador os outros calções de couro para isso requisitados à Câmara de São Vicente e que, nos anos de 1657 e 1660, vieram até às cercanias de Salvador, sob o comando de Braz Rodrigues Arzão, de Estêvão Ribeiro Baião Parente e do filho dêste, Amaro Maciel Parente.

Os consideráveis danos e os morticínios por êles feitos nos selvagens sublevados nem os aquietaram, nem impediram que participas-

sem com grande ousadia da chamada confederação dos Guerens que os próprios paulistas citados teriam também de combater.

Desde os seus inícios e, mais particularmente, na sua fase de maior intensidade, o movimento para a conquista do sertão baiano estêve ligado de modo estreito ao nome de duas famílias pioneiras cuja história se identifica com a própria história do desbravamento e colonização do Leste-Setentrional brasileiro, em seus primórdios.

Referimo-nos às casas senhoriais da Ponte e da Tôrre.

A esta estava reservada a grande empreitada de dominar todo o Noroeste e boa porção da parte central de capitania; enquanto àquela o de representar papel de alta relevância no povoamento do Sudoeste e do Oeste baianos.

A Antônio Guedes de Brito, chefe da Casa da Ponte, regente do São Francisco e o segundo maior proprietário de terras na Bahia, pertenciam, diz-nos Borges de Barros, os sertões criadores, a contar-se do Morro do Chapéu até às nascentes do Rio das Velhas. Quanto aos Ávilas, eram êles os donos e senhores de tôdas as terras da capitania situadas entre Jacobina e o rio São Francisco.

Tais afirmativas baseiam-se, aliás, na palavra autorizada do autor de *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* quando lembra que, não obstante ser o sertão da Bahia tão dilatado, quase todo pertencia a duas das principais famílias da cidade do Salvador que eram a da Tôrre e a do mestre de Campo Antônio Guedes de Brito.

Esclarece o mesmo autor que à Casa do Tôrre "cabiam duzentas e sessenta léguas pelo rio São Francisco acima à mão direita, indo para o Sul e do mesmo rio para o Norte chega a oitenta léguas" e que os herdeiros do Mestre do Campo Antônio Guedes de Brito possuíam os chãos do morro do Chapéu às nascentes do Rio das Velhas, numa extensão de cento e sessenta léguas.

As primeiras tentativas empreendidas pelos Ávilas e sua gente no sentido de deixarem o Recôncavo, tentativas que consubstanciam os mais remotos ensaios de interiorização do chamado ciclo baiano de penetração geográfica, datam da segunda metade do século XVI; são do tempo em que Garcia D'Ávila, desvendados os sertões, obteve sesmarias nos campos de Pidagaçatuba, conseguindo, logo depois, em 1659, para seus filhos Catarina Fogaça, Francisco Dias D'Ávila e Bernardo Pereira Gago, doações ainda mais amplas no rio S. Francisco e no Salitre.

Êste curso d'água que, no pensar de alguns historiadores baianos, foi o centro do movimento de penetração que rompeu direto para o Piauí, já havia, aliás, sido explorado 27 anos antes por Francisco Dias D'Ávila, o primeiro detentor do Morgadio da Casa da Tôrre, morgadio instituído, como se sabe, pelo velho Garcia D'Ávila, em benefício dos descendentes legítimos.

Fixados às margens do São Francisco e do Salitre, onde receberam outras sesmarias, os Ávilas expandiram espantosamente seus latifún-

dios criadores que povoaram com estâncias de gado ou dividiram em lotes, geralmente de uma légua, que arrendavam, dizem os cronistas, ao preço de 10 mil réis anuais.

Irrequietos e empreendedores, os homens do São Francisco não ficariam por muito tempo adstritos à beira-rio.

Empolgados pelo desejo de correr mundo, de explorar terras para conquistar novos domínios, ou presos da ânsia de dar combate e apresar o íncola silvícola das redondezas, êles deixavam com relativa freqüência as fazendas ribeirinhas, onde residiam, realizando, pela hinterlândia, expedições cada vez mais demoradas e distantes.

Dilatando, num movimento espiralar de crescente amplitude, campo de atividades guerreiras e desbravadoras, acabaram por vingar os divisores de águas que correm nas extremas ocidentais de Pernambuco e da Bahia, e atingir o coração do Piauí, onde pervagavam tríbos incontáveis de gentios tapuias.

Criadores, sentiram-se naturalmente tentados a aproveitar o solo fértil, as pastagens ricas e o clima propício daqueles longínquos páramos para nêles situarem novas fazendas curraleiras e, assim, para lá voltaram com o propósito de estacionar definitivamente.

Apesar das indagações exaustivas, feitas em tôrno da matéria, permanece duvidosa a época em que ao sul do Piauí chegaram êsses primeiros colonizadores luso-brasileiros. Incertas são também, as veredas tortuosas e intricadas pelas quais trotearam suas reses para invadir e conquistar a região meridional daquela capitania. (6)

Tem-se, não obstante, por averiguado que os Ávilas e seus apaniguados andaram perlustrando os ínvios sertões do Parnaíba em época anterior a 1668, (7) ou seja, entre 1662 e 1663, consoante a opinião de F. A. Pereira da Costa, opinião com a qual concordam Basílio de Magalhães e outros historiadores de nomeada.

Parece igualmente certo que as mais remotas correntes pioneiras chegaram aos grandes formadores do Parnaíba fluindo através das gargantas da Serra Vermelha e da Serra dos Dois Irmãos, — nome

---

(6) As divergências e incertezas em tôrno da época exata do descobrimento do Piauí vêm se avolumando de longa data. Frei Domingos do Loreto Couto e Rocha Pitta, entre outros, localizam o acontecimento em 1671. Êste último escreve em sua História da América Portuguêsa que no ano de 1671 descobriram os sítios do Piagui. Ao passo que Alencastre, muito mais moderno dá o fato como tendo ocorrido quatro anos depois, ou seja, em 1674, apoiado, aliás, segundo suas próprias palavras em Warden, Constâncio e Ferdinand Denis e outros que também preferem esta data. Diz êle: "Quando à época da descoberta do Piauí, escolhemos a mais moderna ou mais próxima da data das concessões das primeiras sesmarias."

(7) Conclui-se isso do fato seguinte: Três anos mais tarde, em 1671, Francisco Dias D'Ávila que, desde 1668, substituíra Garcia D'Ávila II na chefia geral das bandeiras da Tôrre, obteve, afirma F. Borges de Barros, grandes sesmarias no Piauí, de onde abrira uma estrada para a Bahia, com a ajuda do pai, conforme petição dêste ao Senado da Câmara do Salvador. (F. Borges de Barros À Margem da História da Bahia, pág. 83).

êste que, segundo se afirma, adveio, à última das elevações citadas, do fato de ter sido descoberta pelos dois irmãos Mafrenses.

O estudo da localização das primeiras fazendas piauienses sugere, outrossim, a possibilidade de que uma outra corrente de povoadores, alimentada exclusivamente por baianos das terras do médio São Francisco, tenha seguido o vale do rio Prêto para atingir o Gurguéia, depois de transposto o sertão de Parnaguá. Transitaram êles pelos sertões dos Rodeleiros, então dominado pelos indígenas do mesmo nome, pelos Macoazes e Acroãs. (8)

Estabelecidas na bacia dos altos rios, em chãos de águas fartas, as primeiras fazendas de gado, seja com a tácita anuência das tribos marginais, seja pelo total ou parcial extermínio dos gentios menos acomodados que ali se aglomeravam, a expansão dos currais piauienses continuou rio abaixo pelas orlas ribeirinhas dos afluentes mais volumosos do Parnaíba cujas margens acharam-se também, logo a seguir, parcialmente avassaladas pela gadaria.

Dominados alguns trechos dos campos piauienses e metidos nêles as primeiras manadas, entraram, desde logo, os interessados a requerer aos governadores da Bahia e de Pernambuco o domínio legal dos latifúndios de que se iam assenhoreando.

"De volta os conquistadores da emprêsa arriscada a que se tinham aventurado, surpresos do muito que tinham visto pelas desertas regiões e que até ali não havia sido comunicado, cuidaram logo de tirar dêsses vastos terrenos o mais real e duradouro proveito", escreve uma autoridade no assunto.

As mais remotas posses de terra deviam, pois, caber aos desbravadores da região e assim sucedeu, com efeito.

Consoante J. Pereira de Alencastre que recolheu, nos livros de Provisões e Patentes, os dados por êle consignados em seus *Anais de Corografia e História do Piauí,* as primeiras sesmarias do Piauí foram concedidas, em 12 de outubro de 1676, por D. Pedro de Almeida, governador de Pernambuco, ao capitão-mor Francisco Dias D'Ávila, a seu irmão Fernando Pereira Gago, ao capitão Domingos Afonso Sertão e a seu irmão Julião Afonso Mafrense, que requereram 10 léguas em quadra cada um na ribeira do Gurguéia.

---

(8) O engenheiro Agenor Augusto de Miranda que, no desempenho de seus deveres profissionais, perlustrou demoradamente a região , julga ter sido o seguinte o caminho seguido pelos antigos sertanistas para atingirem as margens do Gurguéia: "Da barra do Rio Grande, pelo Rio Grande acima até a foz do rio Prêto; por êste acima até a Barrinha, abaixo de Santa Rita 23 km.; pela vereda, que ai deságua e tem o nome genérico de Sapé; acima da fazenda da Boa Vista, no sopé da serra divisora, lugar de grandes brejos e ótimas pastagens, e atravessando a serra por estreito chapadão as águas do riacho Fresco, a 17 kms. de Boa Vista; e pelo riacho Fresco abaixo até a Lagoa do Parnaguá, formado pelo rio Paraim; e por êste abaixo até ao Gurguéia logo adiante. De Barrinha à Boa Vista são 50 km., de Boa Vista ao riacho Fresco, 17 kms., dêste a Parnaguá 56, o que tudo soma 123 kms. de distância entre os extremos dessa antiga travessia." Veja-se Agenor A. de Miranda "Pelo Brasil Interior". **Rev. da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro,** Tomo XXXIX — 1934.

Em 7 de setembro de 1681 foram dadas a Francisco Dias D'Ávila e a outros requerentes, também moradores na Bahia, as terras do Parnaguá entre as cabeceiras do Paraim e, em 1686, aos mesmos sócios eram feitas novas doações nas margens do Parnaíba. (9)

De todos os grandes sesmeiros e criadores citados foi, porém, Domingos Afonso Mafrense o que, nos anais históricos da colonização do Meio-Norte, alcançou maior preeminência.

Era natural de S. Domingos de Tanga de Fé, concelho de Mafra, donde lhe adveio o cognome de mafrense que êle trocaria pelo de sertão ou sertam, — já constante, aliás, de sua patente de 1674, "e bem mais próprio a lhe caracterizar o temperamento andejo e conquistador".

Chegando ao interior baiano em época não sabida, estabelecera-se o destemido aventureiro português, inicialmente como rendeiro da casa da Tôrre, no sítio chamado Sobrado, entre Juàzeiro e Xique-Xique, nas margens pernambucanas do São Francisco, onde adquiriu também o sítio Alagadiço. (10)

A seguir, por ambição ou por temer os malefícios decorrentes das calamidades climáticas que intermitentemente ali assolam as terras, arrebanhou parte de seus gados e com êle passou aos campos do Piauí, fundando importantes fazendas de criação nos vales do rio do mesmo nome e no do Canindé.

A primeira estância criada por Domingos Afonso na região do alto Piauí foi, esclarece o douto João Ribeiro, a que teve o nome de Porções de Baixo, e era localizada no rio Canindé.

Do lugar Brejo-da-Moxa, sito na bacia dêsse curso d'água, onde fixou depois morada definitiva, fêz êle, porém, o centro de suas atividades de sertanista e criador, atividades decerto muito intensas mas que permanecem ainda hoje envôltas em brumas impenetráveis.

Da leitura do testamento que redigiu pouco antes do falecimento, ocorrido na cidade do Salvador em junho de 1711, depreende-se, apenas, que conseguiu obter amplos domínios territoriais na hinterlândia nordestina com a ajuda pecuniária de seus sócios, os senhores da Casa da Tôrre, e que, para isso, teve de travar muitas lutas armadas com o gentio da região. Sabe-se mais que sustentou contra vizinhos, tão ambiciosos quanto êle, demandas jurídicas sem fim nos foros da Colônia. (11)

---

(9) Correndo, diz Alencastre, pela Bahia a nova da descoberta de Diogo Afonso, não houve quem não quisesse possuir terras próprias ou para cultura ou para criar, e por isso já em 1684 era crescidíssimo o número de sesmarias dadas também por diversos governadores de Pernambuco.

(10) "Declaro, diz Domingos Afonso no testamento, que tenho duas fazendas de gado, sitas, a onde chamam **Sobrado** na beira do rio S. Francisco nas terras de Garcia D'Ávila Pereira tôdas fabricadas com escravos e cabalos o que constará dos escritos de entrega, passados pelos curraleiros."

(11) "Declaro, dizia êle no aludido documento, que sou senhor e possuidor da metade das terras que pedi, no Piauí, com o coronel Francisco Dias D'Ávila, as quais terras descobri e povoei com grande risco de minha pessoa e considerável despesa, com adjutório dos sócios."

Passando ao domínio das conjecturas, pode presumir-se igualmente, dada a sua condição de grande potentado sertanejo, que, enquanto viveu, "ditasse a sua lei aos parceiros" e fôsse o único distribuidor de terras aos povoadores recém-chegados do rio São Francisco ou do litoral do Recôncavo e que, como de hábito, se tornavam rendeiros dos primeiros ocupantes.

Morrendo solteiro e sem herdeiros forçados, foram os seus bens, constantes de trinta fazendas, que se derramavam por sôbre uma área de quase cem léguas quadradas, e mais a gadaria imensa que as povoava, cêrca de 30 000 cabeças de vacum, já então por êle instituídos em "Morgado" ou "Capela", entregues, em virtude do seu testamento, à administração dos filhos de Loiola, com encargos e obrigações diversas.

Isso "vinculou, escreve o padre Serafim Leite, em sua monumental e muito citada *História da Companhia de Jesus*, os jesuítas à cultura pecuniária no território do Piauí durante meio século.

Para favorecer o povoamento, continua êste autor, repartiram-se as fazendas em 50 sítios que se arrendaram a particulares ao preço de 10$000 por ano. (12)

Outro pioneiro de destacado relêvo na história colonial do Piauí foi Francisco Dias D'Ávila, "o capitalista da grande emprêsa do Nordeste", como o denominaria Basílio de Magalhães, ou simplesmente, "o homem de muito pouca estatura" que, no dizer do B. de Studart, "embora possuindo 50 mil libras de rendas, poucas peias punha à sua avareza e cobiça e por isso tantos atritos teve com o missionário capuchinho padre Martim de Nantes, encarregado de catequizar os indígenas das terras ribeirinhas do S. Francisco".

Como epicentro de suas atividades sertanistas adotou o rio Salitre cujos sertões desvendara e de onde partia com destino às terras do Meio-Norte em expedições de guerra ou de conquista.

Francisco Dias D'Ávila, informou Alencastre, criou nas margens do Gurguéia um arraial de índios domésticos trazidos da Bahia com os quais protegia suas fazendas e prosseguia na conquista dos selvagens.

A contribuição dêste baiano para o avassalamento das terras interiores do Nordeste-Ocidental é atestada pelas numerosas fazendas curraleiras que ali povoou e possuiu e que, por sua morte, ocorrida entre 1700 e 1702, passariam à espôsa, D. Leonor Pereira Marinho.

Não apenas os Ávilas e os rendeiros da Casa da Tôrre tiveram papel destacado no devassamento e incorporação definitiva da interlândia piauiense à civilização ocidental. Cooperaram nessa em-

(12) Tais fazendas foram depois seqüestradas e expostas à venda no tempo de Pombal, quando do decreto de expulsão da benemérita Companhia de Jesus.

Não havendo quem as adquirisse, passaram elas a fazer parte dos bens patrimoniais da coroa lusitana e são hoje as fazendas nacionais do Piauí.

prêsa ingente e benemérita sertanistas de S. Paulo e milhares de posseiros anônimos a quem, pela intdepidez, pela tenacidade e ação de presença, coube, decerto, o êxito alcançado na conquista da terra. (13)

Encabeçados por Domingos Jorge Velho, o caminheiro incansável que seria mais tarde um dos heróis da Guerra-dos-Bárbaros e das lutas cruentas dos Palmares, e por outros calções de coiro de igual valor e projeção, os paulistas estiveram, no Piauí, em viagem de reconhecimento ou combatendo os Cariri sempre indomados e muitos aí se afazendaram.

Cabe-lhes a primazia no desbravamento e ocupação da bacia do Poti cujas terras virgens vieram a receber por sesmaria. Obtiveram, segundo um documento datado de 3 de janeiro de 1705, descoberto e dado à publicidade por Pereira da Costa, "desde a nascente do dito rio dos Camarões até onde êle se mete no da Paraíba, com três léguas de largura de uma e de outra banda dêle da sua

(13) A questão da prioridade no devassamento e ocupação da bacia Oriental do Parnaíba permanece em aberto.

Afonso de Taunay, Basílio de Magalhães, Handelmam e Varnhagem, entre outros, atribuem o notável feito a Domingos Jorge Velho. Barbosa Lima Sobrinho, Borges de Barros, Pedro Calmon e Salomão Vasconcelos vêem, nos sertanistas baianos, os pioneiros da heróica investida que levou aos confins do Piauí e Maranhão o colonizador luso-brasileiro.

Não nos parece que o assunto deva ser ventilado aqui e, por isso, abstemo-nos de insistir sôbre o mesmo. Observamos, porém, que a possibilidade de terem, sertanistas baianos e reinóis, entrado em contato no próprio território do Piauí com os paulistas de Domingos Jorge Velho, tem sido também de longa data aventada e apreciada sob ângulos os mais desencontrados. Cronistas e historiadores antigos como Aires do Casal e Rocha Pita, entre outros, pretendem que, excursionando pelos altos sertões piauienses. Domingos Afonsos avistou-se com Domingos Jorge Velho que também ali se achava entregue à habitual ocupação de dar combate e apresar os indígenas locais.

"Viram-se ambos, diz aquêle historiador e dando um ao outro notícia do que tinham obrado e descoberto, se ajustaram no que havia de prosseguir e dividindo-se por diferentes partes foi cada um pela sua parte conquistando." A hipótese em aprêço é igualmente sustentada por J. C. R. Milliet de Saint Adolphe, no trabalho que publicou em 1845, por Southey e outros.

Southey narra o fato mencionado por Aires do Casal com igual singeleza.

"Tinha-se a partida (de Domingos Sertão) entranhado muito pelo sertão adentro, rompendo caminho à fôrça de armas e levando adiante de si os naturais, quando foi topar com uma tropa de Paulistas, capitaneada por Domingos Jorge e seguida dos auxiliares de costume. Alegre encontro foi êste. Comunicaram-se os dois bandos um ao outro suas aventuras e descobertas. Chegava para ambos a terra e êles separaram-se seguindo diferentes rumos a completar a conquista do país e limpá-lo de selvagens."

Basílio de Magalhães pensa que Domingos Jorge Velho penetrou na retroterra piauiense a convite e de parceria com Francisco Dias D'Ávila "para expurgar de índios bravios as úberes pastagens de além São Francisco e ali montarem juntos, várias estâncias de criação".

A hipótese proposta por Basílio de Magalhães parece-nos perfeitamente plausível de vez que se arrima na parte do texto de carta de doação firmada pelo governador de Pernambuco Francisco de Castro Morais em favor de Jorge Velho, e descoberto por F. A. Pereira da Costa, que diz: "entrou (Jorge Velho) e povoou todo o Piauí e Canindé em companhia da Casa da Tôrre de D'Ávila e defendendo as fronteiras do Maranhão".

barra por aquela da Parnaíba abaixo na mesma largura da banda de cá seis léguas".

Sabe-se mais que Domingos Jorge Velho e oficiais subalternos de seu têrço passaram às terras do Piauí pelas alturas de 1663 a fim de "obrarem melhor" contra os súbitos e diuturnos ataques dos tapuias bravios que infestavam a região. Por morada, erigiram as margens do Poti e do Parnaíba nelas plantando os primeiros núcleos demográficos, criando gado "tanto vacum como cavalares, ovelhum e cabrum, e também lavouras". "O documento, assevera Pereira da Costa, informou também que o mestre-de-campo entrou e *povoou* todo o *Piauí e Canindé* em companhia da casa da Tôrre de Garcia D'Ávila e defendendo as fronteiras do Maranhão e ficara até que fôra chamado e requerido do Governador João da Cunha Souto Maior de descer com a dita sua gente e oficiais em estado de guerra aos negros fugidos e rebeldes dos Palmares."

A partida de Jorge Velho e acompanhantes do Piauí para sertões de Pernambuco ocorreu, ainda segundo o mesmo documento, no ano de 1687, tendo êles para isso abandonado terras, criações e lavouras. (14)

A expansão dos currais piauienses que, conforme ficou dito, se processou, a princípio, ao longo dos rios Gurguéia, Piauí e Canindé para, depois de decorrido pouco mais de um decênio, passar também aos vales do Poti e do Parnaíba — foi como aliás em todo o Nordeste, constantemente embaraçada pelas brutais arremetidas dos Tapuaias de corso.

Os terríveis Pimenteira, Acroá e Gueguê que, desde os albores da conquista, se haviam oposto tão ferozmente à marcha dos estrangeiros usurpadores, continuavam irredutíveis. Unidos a outras tribos indígenas de igual ferócia, lutavam agora com redobrada energia em defesa de seus domínios, praticando, nas terras agora em poder dos brancos, largas depredações e grandes morticínios.

Contra as tribos sublevadas interveio mesmo, em 1692, Francisco Dias D'Ávila por insinuação do Govêrno Geral do Brasil que lhe acenara com a possibilidade de prêsas abundantes; essa intervenção teve, porém, pouca influência no desenrolar dos acontecimentos subseqüentes, ligados às lutas em que, no Brasil Norte-Oriental, viviam empenhados brancos e nativos. Também o desenvolvimento da colonização do Médio e Baixo Parnaíba era sèriamente prejudicado por essas contantes correrias de indígenas rebeldes.

No citado ano de 1692, tropas paulistas, chefiadas pelo capitão-mor da conquista Francisco Dias de Siqueira, o mesmo que se em-

(14) A localização, em terras piauienses, das doações, feitas em 1705, à viúva do mestre-de-campo Domingos Jorge Velho e oficiais do seu têrço que as haviam requerido muitos anos antes, foi, com muita felicidade e brilhantismo, contestada por Barbosa Lima Sobrinho em seu trabalho intitulado "Devassamento do Piauí". Aludindo, em parte, à firmeza de teses anteriores formuladas, êle as localizou, por sua vez em chãos alagoanos.

penhara com particular afinco em estabelecer ligações terrestres entre São Luís e a cidade do Salvador, foram contratados para fazer-lhes guerra de extermínio sem resultado apreciável, aliás, como se verá depois.

Ligado intimamente à região do Médio São Francisco, o interior piauiense denominava-se sertão de Rodelas e só passou à jurisdição do govêrno do Maranhão em fins do século XVII, ou mais precisamente, em 1696.

Anos antes do fato, andando Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho empenhado, conforme ordem da Metrópole, em abrir caminho seguro para a capital do Estado do Brasil, cometimento de magna importância de que fôra precursor João Velho do Vale, pelas alturas de 1686 — encontraram seus emissários nas "cabeceiras" do rio Parnaíba, em terras de jurisdição da Bahia, umas fazendas de que era administrador Antônio da Cunha Souto Maior. (15)

Êste vaqueiro ou criador, no anseio muito natural de se estabelecer por conta própria, aproveitou o ensejo e solicitou, ao Governador maranhense, em nome do rei, uma data de seis léguas para situar os rebanhos que possuía. O pedido, aliás trivialíssimo para a época, teve repercuções imprevistas nos domínios da geografia e da história das capitanias do Meio-Norte brasileiro.

Julgando-se, aquela autoridade, incompetente para deferir o pedido por ignorar se as terras solicitadas lhe estavam ou não subordinadas administrativamente, apelou para o Monarca que, solucionando a questão em carta de 25 de janeiro de 1696, determinou que a região ficasse, daí por diante, na dependência do Estado do Maranhão cujo govêrno teria autoridade para nela conceder sesmarias e perceber impostos.

Eis o documento: — "Carta Régia a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. 3 de dezembro de 1692.

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho Amigo. Eu, El Rey, vos envio muito saudar. Vendo o que me escrevestes em carta de 21 de junho deste anno, em que me dais conta do que obrastes com a noticia de andarem as tropas dos Paulistas vizinhos aos distritos da capitania do Pará eficás remedio pera a extinção dos Tapuyas do Curço e de se conseguir o descobrimento do caminho do Brazil, o que se verificou com a carta que recebestes do capitão-mor da conquista Francisco Dias de Siqueira, que por ordem do governador geral do Estado do Brazil andava na mesma deligencia e com a noticia que vos dá o sargento-mór das tropas que fizestes vir á vossa prezensa a quem propuzestes os meyos pera se conseguirem estes intentos, em que me faziam grande serviço mandando um cabo com quatro sol-

(15) Êsse Antônio da Cunha Souto Maior ou Soutomayor que figura na descrição do Piauí feita, em 1697, pelo padre Miguel do Couto como dono da fazenda Craíbas, ao longo do rio Canindé, perto de sua confluência com o Parnaíba foi, segundo Berredo, provido no pôsto de Mestre-de-Campo-de-Conquista da Capitania (?) do Piauí e morto pelos índios que o acompanhavam à guerra.

dados e alguns Indios a impedir-lhe o intento que se prezomio havião os ditos Paulistas as serras de Iguapeba na costa do Ceará pera levarém della Indios d'aquellas aldeas, ha muito tempo domesticados pelos Padres da companhia Me pareceo dizervos continueis na rezolução que tomastes de se conservarem os Indios naquelle lugar em que estão cituados ensinuando aos Paulistas quanto convem ao Meu serviço e bem desta conquista o bom tratamento delles, por serem a principal diferença, e de que depende a sua conservação e que assim de nenhua maneira os divirtão nem apartem das suas aldeas e como se ve foy de penetrar os certoens seja de se empregarem em meu serviço que me podião será em que se empregarem na exteinção dos de Corço por serem os mais damnozos aos moradores desse estado de cujos repentinos assaltos se tem experimentado tantas ruinas, que nesta guerra devem de poro o seu mayor cuidado pois no bom sucesso della consiste o susego dos meus vassalos e pera esse efeito lhes fareis dar não só os mantimentos necessarios mas monições convenientes segurando-lhes o muito que me darei por bem servido delles tomarem á sua conta a expedição desta guerra, pera folgar de lhes fazer toda mercê quando se houver de tratar de seus particulares, e do que nisto se obrar me dareis conta com toda a individualidade e ao governador geral do Brazil mando fazer esta recomendação escritta em Lisboa a 3 de Dezembro de 1692." Rey.

Desde 1696, e não desde 1695, como afirma Alencastre, principiou, pois, o Capitão-General do Estado do Maranhão a ter legìtimamente alçada administrativa sôbre as terras interiores do Piauí então desmembradas de Pernambuco, a que estavam anexas. Semelhante resolução régia parece, todavia, só ter sido oficialmente comunicada ao govêrno pernambucano cinco anos depois, por C. R. de 3 de março de 1701.

No comêço do século XVIII instituiu-se também, de ordem do bispo frei Francisco de Lima, a freguesia de Nossa Senhora da Vitória do Piauí, com sede no povoado de Moxa. (16)

A bênção da nova Capela, que teve idêntica denominação de N. S. da Vitória, e a posse do respectivo pároco, padre Tomé Carvalho da Silva, ocorreram a 2 de março de 1697. A freguesia recém-criada foram adjudicadas terras que confinavam, segundo as informações

(16) Coube o encargo de fundar nova paróquia ao padre Miguel Carvalho, vigário da vara de Pernambuco, que por teterminação do seu prelado, prontamente se transportou ao alto sertão piauiense onde deu cumprimento à incumbência recebida malgrado os obstáculos que lhe opôs Domingos Afonso Sertão, na época ainda todo poderoso naqueles ermos e destendidos rincões. O truculento potentado matuto chegou mesmo ao extremo de induzir a um seu sobrinho, chamado Domingos Afonso Serra, que lhe tolhesse por todos os meios a ação do vigário e derruisse os ranchos porventura levantados para a ereção da igreja paroquial, fatos que constam da carta endereçada pelo bispo ao rei de Portugal, em data de 29 de junho de 1700.

Domingos Afonso Serra deve ser o mesmo Domingos do Carmo cujo nome figura no testamento de Domingos Afonso Mafrense como seu sobrinho e herdeiro.

que nos deixou o padre Couto, pela parte do Nascente "com os sertões desertos que correm para Pernambuco pelos quais se não tem descoberto caminho nem se vadeiam em razão dos gentios bravos que nêles habitam; para o Poente, confina com os matos desertos que correm para as índias de Espanha pelos quais não há caminho nem se sabe de seu fim; para o Norte, confina com a costa do mar, correndo do Ceará para o Maranhão, para o qual tem dois caminhos, abertos ambos em o ano de 95, um vai ao Maranhão e outro à serra da Ibiapaba".

"Para o Maranhão, continua o mesmo documento, há também caminho que dizem terá 90 léguas. Para a parte Sul, confina com o rio S. Francisco para o qual tem dois caminhos com distâncias iguais de 40 léguas cada um por entre matos desertos em que se não acha água no tempo de sêca."

Como se vê, a hinterlândia piauiense em fins do século XVII achava-se em comunicação com o litoral nortista por dois caminhos; um, pouco seguro, levava às praias maranhenses; e outro, à serra da Ibiapaba, onde os jesuitas tinham missões de catequese, e daí seguia até o fortim de N. S. d'Assunção, sede da capitania do Ceará.

Podia-se, também, atingir S. Luís diretamente por uma estrada de cêrca de 90 léguas, aberta ao tráfego comercial desde 1697. No rumo do sul, duas estradas sofríveis ligavam o Piauí aos sertões do S. Francisco. A mais antiga, ladeando o leito do Piauí, ia ter à fazenda Sobrado, situada 10 léguas acima do lugar Santa Sé; a outra, seguindo pelas nascentes do Canindé, alcançava a cachoeira do São Francisco, então chamada cachoeira de Domingos Afonso (Sobradinho?). Seguindo-se essas estradas chegava-se aos centros povoados da costa Leste: Recife, Salvador e Penedo.

Na última década do século XVII, muitos dos principais formadores do Parnaíba estavam, assim, semeados de estabelecimentos pastoris onde igualmente se criavam os primeiros valôres agrícolas. Refere o padre Miguel do Couto em sua "Descripção" que, em março de 1697, havia no sertão do Piauí, à beira dos rios, córregos e olhos d'água mais importantes, aproximadamente 129 fazendas, onde moravam 441 pessoas civilizadas, entre brancos, negros, índios, mulatos e mamelucos.

"De tôdas essas terras, esclarece o Padre, são senhores: Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, que as partem de meias; tem nelas algumas fazendas de gados seus, as mais arrendam a quem lhes quer meter gados pagando-lhe 10 rs. de fôro por sítio, e desta sorte então introduzidos donatários das terras, sendo só sesmarias que as povoarem com gados seus..."

Entrementes, os paulistas de Francisco Dias de Siqueira, a quem já nos referimos antes, continuavam em seu arraial das terras dos alongases, cercados de muitos tapuias cristãos, mas em condições bastante precárias. Viam-se impossibilitados de "extinguir

o gentio de corso que infestava a capitania", conforme haviam prometido em contrato firmado com o govêrno, por se terem agregado "muitos dos seus às guerras e tropas que andam na conquista dos Palmares" como se vê da C.R. de janeiro de 1697 ao governador e capitão-general do Estado do Maranhão.

Jurìdicamente as comunidades rurais piauienses estavam ainda sujeitas às decisões do fôro secular baiano pois só por carta régia de 30 de julho de 1712 a povoação da Moxa teve, segundo Alencastre, os foros da vila, sendo na mesma data criada a comarca do Piauí.

O lugar de ouvidor viria, porém, a ser provido em época muito posterior a 28 de janeiro de 1723, na pessoa do Dr. Vicente Leite Ripado. Em 1714 era o ouvidor do Maranhão quem decidia questões referentes a sesmarias naquele território. (17)

Subordinado ao Maranhão sob o ponto de vista jurídico e administrativo, a retroterra piauiense permaneceria ainda prêsa espiritualmente a Pernambuco em cuja diocese fôra, como vimos, incluído desde a fundação de sua primeira capela. Mesmo depois de ligado ao Bispado do Maranhão, iam os jesuítas de Pernambuco em missões volantes de catequese ao sertão piauiense para assistir seus moradores.

Entrementes, as chãs piauienses continuavam a se encher de rebanhos mercê do alto poder nutritivo das gramíneas forrageiras que nelas vicejavam.

No limiar do século XVIII, ao tempo em que o douto Antonil escrevia suas lúcidas páginas sôbre a questão do gado no Brasil, pastavam soltos pelos campos nas grandes estâncias curraleiras das bacias do Poti, Canindé, Gurguéia e Uruçuí para mais de 30 000 bois.

Êsse extraordinário desenvolvimento das fazendas que já então invadiam, no Meio-Norte, todo o largo domínio das palmáceas, não se fazia, como já tivemos oportunidade de dizer, sem a oposição sistemática e resoluta dos habitantes nativos cuja resistência crescia à medida que lhes minguavam os primitivos territórios de caça.

Recordemos que desde os últimos anos do século XVII uma revolta, de singular amplitude e violência, concertada por um consi-

(17) A resolução régia, referente à anexação das terras piauienses ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, renovada, aliás, pela C.R. de 3 de março de 1701 ao governador de Pernambuco permaneceu letra morta durante um período de cêrca de 19 anos no resto do Brasil.

Ainda em 1715 o Governador-Geral do Brasil, pouco inclinado certamente de perder sua jurisdição sôbre a zona sertaneja do alto Parnaíba, onde haviam requerido sesmarias muitos potentados baianos, cujos interêsses desejava defender, declarava, em documento público, ignorar a existência do decreto que incorporara o Piauí ao Maranhão.

Cientificado, pela provisão de 11 de janeiro de 1715, de que o Piauí fazia parte realmente do Estado Nortista, o Marquês de Angeja, 3.º vice-Rei do Brasil e seus sucessores imediatos sempre se mostraram relutantes em acatar a ordem em aprêço.

derável número de tribos tapuias, viera colocar os criadores piauienses em graves aperturas materiais, obrigando-os a cuidar sèriamente de sua defesa pessoal.

Alastrando-se sem medida, a guerra que paralisara a ação de Dias Siqueira, multiplicava ruínas e desbaratos por tôda a região. Fizera crescer também assustadoramente o número de vítimas. Não eram poupados pelo bando bulhento e belicoso dos rebeldes nem crianças, nem mulheres, nem mesmo os velhos colonos. Tampouco respeitavam êles os próprios eclesiásticos, pois entre as vítimas sacrificadas à sua ferócia figuraria o padre Amaro Barbosa, sacerdote cujo tórax os rebeldes abriram para retirar o coração, que, a seguir, conduziram como um rubro troféu. A espantosa façanha, entre as centenas de outras que devem ter ocorrido naqueles agrestes sertões, bem patenteia a truculência dos nativos, preocupados tão-só em se desafrontarem das injúrias e vexações recebidas dos conquistadores.

Depois de oprimir com seus crimes as terras do Meio-Norte, a horda desenfreada desceu para o Nascente, fazendo razias nos territórios do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba que na época se encontravam também conflagrados.

Sendo mister pôr côbro a tantos desatinos, para que os moradores não fôssem lançados fora das terras que tão penosamente haviam conquistado, resolveram as altas autoridades da Colônia confiar o encargo de acometer os rebeldes e jugular a revolta a Bernardo Carvalho de Aguiar, famoso sertanista, a quem foi concedida a patente de Mestre-de-Campo-da-Conquista do Maranhão e Piauí. (18)

Como isso não parecesse bastante, foi, pelo Governador da Bahia, também designado para dar combate aos amotinados o coronel Francisco Gomes de Sá, morador nas margens do S. Francisco. Êste oficial "devia organizar a sua tropa com o auxílio do governador dos índios e das aldeias" daquela região, que eram, na época, dirigidas por capuchinhos italianos e missionários franciscanos, e com ela partir sem demora para o teatro da luta. Seguiram-se, com igual propósito, as nomeações de Francisco de Brito, comissionado no pôsto de cabo da conquista do "gentio bárbaro do Piauí", de Miguel de Abreu Sepúlveda, fazendeiro nas cabeceiras do rio Açu, e de muitos outros sertanistas de igual fama e valor, alguns dos quais já de longa data radicados na bacia do grande rio baiano.

O próprio Garcia d'Ávila Pereira, senhor da Casa da Tôrre, estimulado como os demais lutadores, pelas perspectivas dos lucros resultantes da venda de indígenas apresados nessa guerra, que fôra oficialmente proclamada justa, entrava na campanha contra o ini-

(18) Carlos Studart Filho "A Missão Jesuítica da Ibiapaba", em Revista do Instituto do Ceará, tomo IX, Fortaleza, 1945.

migo comum. Fê-lo depois de ter obtido do governador Pedro de Vasconcelos licença para combater "à sua custa os ditos bárbaros".

Ao longo do litoral maranhense a reação contra os rebeldes não seria menos enérgica e pronta. De S. Luís saiu, com efeito, em 1715, para enfrentar as tribos revoltadas uma tropa dirigida por Cristóvão da Costa, tropa que, diz Barbosa Lima Sobrinho, deu extensa batida na zona do Itapecuru, onde pervagavam os silvícolas que haviam matado Souto Maior e seus companheiros. Outro contingente partiu, no ano seguinte, sob as ordens de Francisco Cavalcante de Albuquerque, indo, depois, agir de parceria com os homens do Mestre-de-Campo Bernardo Carvalho de Aguiar.

A intervenção de tanta gente armada na luta não logrou, porém, dar aos brancos vitória pronta e retumbante. Esta só viria depois de uma campanha demorada e renhida que reclamaria muitos anos de pesados sacrifícios.

Carvalho de Aguiar exerceu o pôsto de Mestre-de-Campo-da-Conquista do Piauí de 1716 até 1730, quando veio a falecer.

No correr dêsse largo período de quatorze anos recebeu o auxílio de numerosos contingentes de índios mansos do Ceará, descidos da Ibiapaba, onde estavam aldeados sob a direção de missionários jesuítas; agiu quase sempre com energia e felicidade no desempenho da missão que recebera do Govêrno. Tanto que, pelas alturas de 1732, estava o Piauí em sossêgo, consoante nos informa o Provedor-mor da Fazenda da época, Matias da Costa e Sousa.

Assinale-se a existência de um edital de Manuel Francês, Capitão-mor da Capitania do Ceará, datado de 8 de março de 1726, mandando retirar, por determinação de Sua Majestade, para o Maranhão, à ordem do Mestre-de-Campo-da-Conquista, Bernardo Carvalho de Aguiar, os tapuias Jenipapo, Icó e Quixerariú que se tinham feito parciais dos Montes e dos Feitosas, grupos rivais então empenhados em luta de morte nos sertões interiores do Ceará.

A crueza e intensidade da guerra, as largas depredações e os morticínios praticados pelos nativos não lograram, como depois se viu, nem destruir a fortuna particular da Capitania, nem abalar o ânimo de seus moradores.

Amainada em parte a tormenta, a população que, nos maus dias, desamparara a terra, a ela retorna agora reforçada por novos grupos de colonos e degredados portuguêses para ali mandados pelo Governador do Maranhão.

Cedo refazem-se, pois, os rebanhos e as lavouras abandonadas; reconstitui-se a ordem econômica, social e política, renasce a prosperidade em todo o interior piauiense, não obstante prosseguissem alguns grupos de nativos em sua obra de desbarato.

A Capitania do Piauí tornou-se independente do Maranhão em virtude da C.R. de 29 de julho de 1758, sendo seu primeiro gover-

nador João Pereira Caldas, nomeado a 21 de agôsto. (19) Três anos depois o Decreto Real de 19 de junho de 1761, renovando as ordens anteriores contidas particularmente na C.R. de 29 de junho de 1759, determinava que as aldeias piauienses de origem missionária fôssem elevadas à categoria de vilas.

Com o firme propósito de dissimular as origens indígenas daquelas pequenas comunidades abafando inteiramente as reminiscências jesuíticas e a elas ligadas, era também ordenado que lhe fôssem mudados os topônimos bárbaros, para outros de lugares e vilas do reino; à vila de Moxa, a maior e mais importante da região, deveriam ser, conforme o mesmo documento, conferidas as honras de cidade-capital, sede da administração de tôda a Capitania.

A 13 de novembro de 1762 João Pereira Caldas, saindo a cumprir o Alvará Régio do ano anterior, erigiu em vila sob nomes diversos as oito localidades da Capitania sob o seu govêrno; Capitania a que deu a denominação de S. José do Piauí, em atenção ao monarca D. José I. Simultâneamente, a cidade de Moxa recebia, em virtude do próprio plano de substituições ordenado pelo rei, o nome de Oeiras. Era mais uma homenagem prestada ao poderoso ministro Sebastião José de Carvalho, então Conde de Oeiras. (20)

(19) Segundo o historiador Rocha Pombo, o Piauí foi erigido em capitania por D. João V, em Alvará de 1718, que, diz-nos ainda o mesmo escritor, ficou sem execução pelo espaço de 40 anos. Naquela data era, conforme esclareceu Loureto Couto, fundada por ordem do mesmo soberano, a vila de Moxa com o nome de vila de N. S. da Vitória.

(20) Teresina, a atual capital do Estado do Piauí, foi mandada construir pelo Presidente da Província, Dr. José Antônio Saraiva, com o nome de Vila Nova do Poti, sendo depois elevada a cidade com a denominação de Teresina, como preito à Imperatriz D. Teresa Cristina Maria, pela Lei Provincial n.º 315, de 20 de julho de 1852. (Escobar.)

Em 1823, tendo aderido à independência, *tornou*-se o Piauí província do Império. Mais tarde, com a Proclamação da República, passou a ser um dos Estados da União.